Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)

Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

O estádio do Atlético Mineiro na Pampulha: a mineiridade de Gregoriano Canedo nos anos 1940

Ives Teixeira Souza

Doutorando em Comunicação Social - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

https://orcid.org/0000-0002-4516-3159

E-mail: ives@ufmg.br

Luísa Almeida de Paula

Doutoranda em Comunicação e Informação - Kent State University/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

https://orcid.org/0000-0003-3958-2362

E-mail: luisaalmeidaufmg@gmail.com

Resumo: Este artigo argumenta sobre a prática de mineiridade por Gregoriano Canedo, durante sua presidência no Clube Atlético Mineiro, pelos indícios das relações para a construção do estádio idealizado (mas não concretizado) por ele nos anos 1940 em Belo Horizonte. São revisitados os conceitos de texto e mineiridade para a construção da rede textual dada pela análise verbovisual de textualidades que partem de uma matéria jornalística da revista "O Cruzeiro" e inclui outros periódicos jornalísticos e arquitetônicos, decretos-leis e mapas. Entende-se que a mineiridade de Canedo se dá pela busca por reconhecimento nacional, o ideal de progresso representado pela cidade e a conciliação, na prática, de múltiplas atuações profissionais.

Palavras-chave: mineiridade; estádio; Atlético Mineiro; Belo Horizonte; futebol.

Atlético Mineiro's stadium in Pampulha: Gregoriano Canedo's mineiridade in the 1940s

Abstract: This article explores Gregoriano Canedo's practice of *mineiridade* during his presidency of Clube Atlético Mineiro, based on evidence of the relationship between the stadium he envisioned in the 1940s in Belo Horizonte. The concepts of text and mineiridade are revisited in order to construct a network analysis of texts given by the verbal-visual analysis of textualities that begins with a journalistic article in the magazine "O Cruzeiro" and include other journalistic and architectural periodicals, decree-laws and maps. It is argued that Gregoriano's mineiridade is due to his quest for national recognition, the ideal of progress represented by the city and the reconciliation, in practice, of multiple professional activities.

Keywords: *mineiridade*; stadium; Atlético Mineiro, Belo Horizonte; football.

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

Introdução

Gregoriano Canedo. Tanto pode ser o dirigente de empresa jornalística, de financeira, de clube de futebol quanto pode ser um estádio, ou melhor, uma ideia de estádio, idealizado, projetado arquitetonicamente, mas nunca executado. Este trabalho cria uma rede textual capaz de apresentar indícios sobre as relações entre Gregoriano Canedo (1902–1968) e o estádio que levava seu nome, idealizado por ele quando presidiu o Clube Atlético Mineiro, na cidade de Belo Horizonte (BH), Minas Gerais, na segunda metade dos anos 1940. Por isso, este trabalho pretende argumentar sobre certa prática de mineiridade por Gregoriano Canedo, em meio as suas contradições entre as funções de jornalista, político e dirigente esportivo, para apresentar indícios sobre a realização de novo estádio de futebol ao Atlético. É a partir desse período de fim de Estado Novo (1937–1945) que diversos autores, entre os quais Gilberto Freyre (1900–1987), começam a utilizar o termo "mineiridade" para dizer sobre características de Minas Gerais e dos mineiros (Dias, 1985). Como objetivo específico, o texto analisa como Canedo se alinhou ao discurso de "mineiridade" da década de 1940, caracterizado pelo caráter modernizador, o sentido nacional e o ideal conciliatório. E também apresentar o estádio, a partir das conexões de Canedo, por seu projeto arquitetônico e os contextos urbano e político da época.

Para tanto, houve a criação de uma rede textual utilizando a análise verbovisual de textualidades (Leal, 2018; 2022) que parte da matéria jornalística "Atlético Mineiro, o vingador", publicada na edição de 14 de fevereiro de 1948 na revista "O Cruzeiro", e inclui outros periódicos jornalísticos e arquitetônicos, mapas, decretos-leis, etc. Nesse sentido, o texto propõe um "olhar narrativizante" (Leal, 2022) para "desentranhar" (Caldeira *et al*., 2019) as relações de Canedo com o Atlético e as articulações políticas e jornalísticas em Belo Horizonte

Na primeira parte, será apresentada a discussão teórico-metodológica sobre texto e narrativa. Em sequência, a "mineiridade" e seus conceitos ganham destaque. Na segunda, pela construção da rede textual, será analisada a mineiridade de Canedo a partir de aspectos como o ideal de progresso para BH, a necessidade de se ter uma visibilidade desses feitos nacionalmente e a conciliação entre seus múltiplos ofícios — que não foram suficientes para a concretização do estádio do Atlético na Pampulha.

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

As textualidades de Canedo

Neste trabalho, a metodologia toma como referência estudos que articulam texto e narrativa. Como nos ensina Leal (2022), o que se faz "é reconhecer, por um lado, as processualidades que constituem textos e narrativas; e, por outro, é atentarmo-nos para o fato de que os limites e demarcações que nos são oferecidos cotidianamente indicam estabilidades provisórias, e não absolutas". (Leal, 2022, p. 46). Assim, o texto passa a ser compreendido como parte do ato comunicacional, em seus processos complexos e não-lineares. Em outras palavras, ele é rastro e fragmentos de articulações possíveis quando é percorrido, ou melhor, narrado, se entendermos pela perspectiva da tríplice mimese de Paul Ricœur.

A nossa proposta, então, é compor uma rede textual sobre Gregoriano Canedo a partir dos rastros encontrados sobre ele em diferentes formas de arquivos, para formar, a partir dessas diferentes composições heterogêneas (periódicos, mapas, decretos-leis, livros), um olhar narrativizante (Leal, 2022). Leal explica que:

> Uma sucessão de paisagens na janela de um carro não constitui, por si, um texto narrativo. No entanto, elas podem vir a sê-lo caso a pessoa que as experiencie as ponha juntas, articulando uma intriga e um desenrolar temporal. Aquilo que seriam, sob uma perspectiva, imagens dispersas, passa, sob um "olhar narrativizante", a constituir uma história e/ou fazer parte de outra(s). A expressão, dependente da tríplice mimese ricoeuriana, posiciona de outra forma a relação narrativa e experiência (Leal, 2022, p. 44).

É esse o nosso objetivo para com a rede textual sobre Canedo: construir um olhar narrativizante que parte do compartilhamento das experiências humanas, histórica e socialmente situadas, em um agir próprio pela escolha "que pode ser 'intuitiva', 'espontânea', consciente e/ou orientada, acerca do modo como se experiencia algo. Diante do que acontece, uma pessoa pode escolher compreendê-lo narrativamente, desenvolvendo então as operações necessárias de integração e/ou composição a uma história." (Leal, 2022, p. 48).

Então, a intenção é "desentranhar" (Caldeira *et al*., 2019) as relações de Gregoriano Canedo — é ir aos órgãos vitais que não aparecem na superfície; é percorrer as camadas das entranhas para encontrar o que não quer ser percebido. Nesse sentido, colocamos à disposição a busca pelo "invisível", pelo transitar entre suas camadas de experiência na

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

composição da nossa trama. É remover as camadas textuais, perceber o que, aparentemente, não está visível, as múltiplas temporalidades que constituem os fenômenos comunicacionais (Ribeiro; Martins; Antunes, 2017) para encontrar rastros capazes de realizar a composição da rede textual de Canedo pela mineiridade, assumindo a nossa implicação enquanto pesquisadores para que esse gesto seja realizado. Rastros, aqui, são compreendidos como algo que permanece, capaz de orientar a investigação em meio aos arquivos — "um conjunto, um corpo organizado, de documentos, de registros" (Ricœur, 1997, p. 196).

Assim, para o encontro com os rastros de Canedo, foram buscados o nome "Gregoriano Canedo" em certos arquivos: o da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, o sistema de buscas integradas do Sistema de Bibliotecas da UFMG. No Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), a pesquisa envolveu também informações que pudessem dar conta sobre o desenvolvimento do estádio na região da Pampulha. Além disso, foram utilizados o acervo próprio dos autores, formado pelas pesquisas em torno do futebol e jornalismo em Belo Horizonte — caso da "Vida Esportiva" — e sobre o Clube Atlético Mineiro, como a revista "Acrópole". A análise verbovisual, de modo similar a Carvalho, Leal, Jácome (2021), é sustentada pelo entendimento do pesquisador espanhol Gonzalo Abril em torno da semiótica que considera as redes textuais a partir das relações de subjetividade, invisibilidade/visibilidade em dinâmicas de poder nos espaços de cultura. Abril (2024) explica que "as redes textuais estão sempre mudando e são inacabadas […] são estabelecidas em virtude de processos complexos de transformação que alteram constantemente os limites e, se necessário, invertem as funções e os usos sociais dos textos". (Abril, 2024, p. 45). Como afirma o autor, o universo de significado de cada texto é articulado pelo seu nível simbólico — em meio aos vínculos e às mediações dos conjuntos de compreensão de mundo ofertados por cada texto.

Então, na análise aqui realizada — que é a construção da própria rede textual pelo olhar narrativizante — a busca pela mineiridade é a busca pelo universo simbólico: "um tipo de estrutura profunda que sustenta os universos de significado de uma determinada sociedade ou grupo social: suas categorias e estruturas linguístico-categoriais básicas, suas cosmologias, as representações de tempo e espaço, os símbolos que governam as alocações

de significado de eu/outro e assim por diante (Abril, 2024, p. 45-46). Por isso, o movimento apresentado a seguir é o de discussão sobre os significados de mineiridade.

Sobre as mineiridades

É sobre a década de 1940, no período de redemocratização pós-Estado Novo, que o historiador Fernando Correia Dias (1985) afirma, apesar das diversas interpretações sobre Minas Gerais desde a formação do processo atual de colonização do território, que o termo "mineiridade" foi criado. E isso coube a um pernambucano, Gilberto Freyre, que em 1946 realizou a conferência "Ordem, liberdade, mineiridade" na Faculdade de Direito da então Universidade de Minas Gerais. O deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) disse sobre a mineiridade enquanto tendência a vencer os antagonismos. Ele pedia, na redemocratização alcançada pela realização da Constituição Federal de 1946, uma união dos sujeitos políticos de Minas que haviam participado tanto do Estado Novo (1937-1945) quanto da oposição a esse regime político. "Essa conotação do equilíbrio, do meio termo, talvez seja a mais frequente nas formulações em torno da mineiridade. Aparece, por exemplo, no famoso ensaio de Alceu Amoroso Lima sobre Minas." (Dias, 1985, p. 77), lembra Fernando Correia Dias (1926–2012) sobre o "Voz de Minas", escrito e publicado pouco tempo antes pelo professor carioca Alceu Amoroso Lima (1993–1983). Logo, uma primeira articulação de mineiridade propõe um caráter político de equilíbrio e união entre partes.

Outras interpretações e estudos sobre a mineiridade foram sendo produzidos desde então. Afinal, identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (Hall, 2005). O sociólogo Otávio Dulci (1948–2018), em 1985, afirmou ser a mineiridade uma ideologia da elite de Minas, correspondente tanto a ideia de equilíbrio quanto a de negociador, cujo objetivo é prover os privilégios dessa elite que não permite dissociar o poder público dos interesses privados (Dulci, 1984). Para Dulci, a ideia de equilíbrio e união continuava arraigada ao conceito de mineiridade, com características presentes na elite e no poder público: a elite mineira sempre busca negociar e equilibrar seus ideais e objetivos para manter o poder.

O historiador e filósofo José Carlos Reis (2017), ao buscar uma historiografia da mineiridade no Brasil do século XX, a entende, a partir da modernidade, em um sentido de vocação nacional. Ele divide a mineiridade em três tempos: o tradicional, o inconfidente e o

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

moderno. Sua proposta teórica alinha-se com José Murilo de Carvalho (2005), que entende em uma Minas polifônica três vozes: a voz do ouro, voz da terra e voz do ferro. A mineiridade tradicional é a de continuidade e de tradição — essencializa o "caráter mineiro", o "mineiro da terra, cercado pelas montanhas, isolado é descrito como conservador, tradicional, retraído, simples/simplório, honesto, sovina, religioso, familiar" (Reis, 2017, p. 298).

O segundo tempo é o tempo inconfidente, inspirado na Inconfidência Mineira e o anseio pela liberdade. Após a Proclamação da República (1889), o poder central precisava de referências do passado a fim de definir suas identidades. Resgata-se, então, a figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792) e a Inconfidência Mineira (1789) para a legitimação do mito fundacional da República brasileira. "A mitologia republicana descrevia a Inconfidência Mineira como um movimento republicano, democrático, sagrado, expressão de voz do povo" (Reis, 2017, p. 301). Para consolidar o discurso, foi preciso convencer os próprios mineiros dessa nova representação de si. Segundo Reis (2017), Minas Gerais passou a representar a resistência à opressão, tornando-se o solo onde se enraizou o sonho republicano brasileiro. De conservador, tradicional e isolado, o discurso da mineiridade ficou ambíguo: passou a ser visto como libertário, democrático e republicano. "A personalidade mineira se representava, agora, como destemida, revolucionária, desde a origem" (Reis, 2017, p. 302).

A mineiridade dada pelo tempo moderno, alcançada com a Aliança Liberal e a revolução de 1930, é sobre a centralização da participação de Minas no cenário nacional em que "Minas foi e deverá continuar sendo o centro geográfico e o coração político do país, e precisa se reinterpretar para continuar a ocupar esse lugar." (Reis, 2017, p. 308) — de síntese nacional. Minas Gerais estava empenhada no seu projeto de modernização da capital, do estado e do país. Com o fim da Política do Café-com-Leite em 1930, estrutura de poder empregada no Brasil durante a Primeira República (1889-1930) que visava a predominância do poder nacional por meio de uma alternância entre as oligarquias paulista e mineira, Getúlio Vargas (1882-1954) assume o poder federativo, em ampla parceria com os membros do antigo Partido Republicano Mineiro (PRM), e trabalha para implementar políticas públicas nacionais e modernas, como reformas urbanas, construções e novos

empreendimentos. Nesse sentido, a elite política e social de Minas Gerais passa a ocupar um novo patamar, também objetivando a modernização da política e do projeto nacional.

> Nos anos pós-30, os intelectuais mineiros tiveram um papel crucial na definição de políticas culturais. Gustavo Capanema, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Francisco Campos e Carlos Drummond de Andrade montaram o projeto educacional e cultural do governo Vargas, um projeto de longa duração, presente até hoje. Esse grupo mineiro-modernista era literário e tornou-se a matriz de pensamento na área de educação (Bonemy, 1994 apud Reis, 2017, p. 305).

Matriz consolidada nos anos 1950–1960, com as ações desenvolvimentistas e modernas de Juscelino Kubitschek (1902-1976) no plano nacional, Minas e o Estado nacional brasileiro passaram por um processo de intensificação da industrialização, urbanização, reformas urbanas de caráter modernizador iniciada anos antes em Minas, como o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, no governo estadual udenista de Milton Campos, em 1947. Esse plano foi elaborado a partir de estudos e iniciativas prévias de planejamento industrial estadual, que já vinham sendo formuladas desde o governo de Benedito Valadares, nomeado por Getúlio Vargas (Dulci, 1999). Em âmbito nacional, após ser executor desses projetos enquanto governador mineiro entre 1951 e 1955, JK propôs seu Plano de Metas como presidente da República (1956-1961). O discurso da mineiridade passa a incluir o agir nacional, moderno, centrista, coração do Brasil, aglutinador nacional, progresso, entre outras categorias.

Para o historiador Walderez Ramalho (2015), em outra interpretação da mineiridade, no século XX "os políticos e a intelectualidade mineira passaram a promover uma autoimagem de conciliadores, equilibrados, avessos aos radicalismos, ponderados" (Ramalho, 2015, p. 93). Essa imagem de conciliador é um dos sentidos que a historiografia apresenta como característica da mineiridade. Para Ramalho, a marca da conciliação mineira não se resumiria apenas à acomodação de interesses particulares e políticos, mas também por uma harmonia entre a liberdade e a ordem. Equilíbrio e conciliação tornam-se leituras-chave da mineiridade: "O bom-senso e ponderação moral, aliados ao igualitarismo socioeconômico, teriam como contrapartida lógica a imagem do mineiro como 'conciliador' nos assuntos da política, um negociador de interesses divergentes em torno do que há de comum entre as partes" (Ramalho, 2015, p. 122). Para o autor, portanto, "a mineiridade não é

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

um mero significante vazio ou historicamente inócuo, porque as representações identitárias norteiam as ações e valores dos indivíduos e sociedades, exercendo influência direta no processo histórico-social" (Ramalho, 2015, p. 11). De modo semelhante, Almeida de Paula (2024) nos alerta que "não é possível obter uma definição precisa, fixa e estática do que seria uma regionalidade mineira, uma vez que estas são atravessadas por tradições, que também atravessam o tempo". (Almeida de Paula, 2024, p. 40).

Isto posto, a historiografia da mineiridade apresenta o conceito com três principais desdobramentos de sentidos: um caráter modernizador, um sentido nacional e um ideal conciliatório. Em suma, adota um caráter político, com forte presença na elite mineira; traz os ideais de equilíbrio, união e conciliação; apresenta-se de forma nacional e moderna. Assim, o progresso local, a nacionalização e conciliação são as características que auxiliam, na nossa rede textual, para a compreensão de como as práticas e relações de Gregoriano Canedo alinham-se ao discurso de mineiridade nos anos de 1940. Dessa maneira, a seguir, a construção da nossa rede textual em busca da mineiridade de Canedo.

A rede textual de Canedo

Diante dos entendimentos de Leal (2017, 2022) e Abril (2024), na construção dessa rede textual, nosso primeiro movimento é para as páginas da revista "O Cruzeiro" de 14 de fevereiro de 1948, encontrada quando se buscou o nome "Gregoriano Canedo" na página da Hemeroteca Digital Brasileira. A publicação era a revista com maior tiragem do país e pertencia aos Diários Associados. Na edição, é dado amplo destaque ao Atlético, por meio da matéria "Atlético Mineiro, o vingador", com texto de Álvares da Silva e fotografias de Ângelo Regato e Augusto Cardoso — que seria, nas décadas seguintes, eleito vereador de Belo Horizonte.

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

Figura 1: A popularidade do "campeão dos campeões".
Fonte: Páginas 52 e 55 da edição de 14 de fevereiro de 1948 de "O Cruzeiro".
Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A matéria compara a popularidade do Atlético em Minas com o São Paulo e o Corinthians no estado de São Paulo, o Internacional no Rio Grande do Sul e o Flamengo na capital federal. "Não há estatísticas, mas as provas são contundentes demais" (Silva, 1948, p. 56) sobre 70% dos torcedores de BH serem a favor do Atlético, número ainda maior, de acordo com o texto de Álvares, no interior mineiro. O motivo, segundo ele, seriam as vitórias contra clubes de todo o país desde 1929.

Por isso, nas fotografias, o elemento a se destacar é a "multidão" que não deixa espaço não preenchido, com a legenda: "Em Minas, o Atlético é o clube do povo". É essa torcida festiva que comemora os vários títulos do clube, entre eles o conquistado em 1937, o Torneio dos Campeões de 1937[1], capaz de simbolizar a força do clube não apenas pelos gramados de Minas Gerais, mas a nível nacional, de tal modo que tamanha força do clube no Rio de Janeiro estaria fazendo a diretoria do Atlético a cogitar "fundar um 'prolongamento' do Clube Atlético Mineiro para disputar o Campeonato Carioca de Futebol, com um quadro especial". (Silva, 1948, p. 56). Também é apresentada fotografia de três "atleticaninhos"

[1] Em fevereiro de 2022 o Atlético solicitou à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) o reconhecimento do torneio como Campeonato Brasileiro. Em 25 de agosto de 2023, o presidente da CBF, o baiano Ednaldo Rodrigues, em resolução da presidência nº 03/2023, reconheceu o Torneio dos Campeões como o Campeonato Brasileiro de 1937 e, com isso, o Clube Atlético Mineiro tornou-se o Campeão Brasileiro daquele ano.

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

campeões brasileiros de natação juvenil e enfatizado que entre as fileiras do clube do bairro de Lourdes estavam campeões nacionais de basquete, vôlei e atletismo. Ou seja, a mineiridade ali apresentada tentava estar atrelada ao nacional.

O ponto máximo dessa popularidade do clube seria o seu estádio, denominado Gregoriano Canedo, que estava a ser desenvolvido e sendo apresentado como o mais adiantado para a Copa do Mundo de futebol de 1950. A matéria não afirma sobre outros estádios que foram reformados e construídos na capital mineira no mesmo período com o propósito de também sediar jogos da Copa, que nem estavam oficialmente marcados para BH (Souza, 2023). Nas relações esportivas, entre a tentativa de profissionalização do futebol estavam as constantes reformas e a idealização de novos estádios de futebol da cidade, destacava-se o dinheiro subvencionado da municipalidade para os clubes de futebol profissionais da cidade (Lemos, 2021; Souza, 2023). Afinal, a Belo Horizonte dos anos 1940 estava em busca de desabrochar sua modernidade para ser uma metrópole desenvolvimentista nacional capaz de representar as vozes do ouro, da terra e do ferro que compunham Minas (Carvalho, 2005) e formavam a elite mineira composta por suas famílias governamentais desde o início do período colonial no século XVII (Horta, 1956).

ATLÉTICO MINEIRO - O "VINGADOR"

Texto de ALVARES DA SILVA * Fotos de ÂNGELO REGATO e AUGUSTO CARDOSO

14 de Fevereiro de 1948

— 53 —

O CRUZEIRO

Figura 2: Destaque para a ilustração do estádio e as fotografias dos ídolos do clube. Fonte: Página 53 da edição de 14 de fevereiro de 1948 de "O Cruzeiro". Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

São nessas relações entre as elites de Minas onde se encontra Gregoriano Canedo e sua mineiridade. Gregoriano, nascido na cidade mineira de Monte Carmelo pouco mais de um mês depois de Juscelino Kubitschek nascer em Diamantina, era membro de um dos troncos dessas famílias, a extensa família Canedo. Em 1928, bacharelou-se em Direito em Belo Horizonte na mesma faculdade onde o termo "mineiridade" foi apresentado, e cidade onde havia se iniciado no jornalismo poucos anos antes. Aos homens das famílias governamentais, que para BH iam visando completar seus estudos, cabia desenvolver a prática jornalística, seja empreendendo novos jornais e/ou trabalhando diretamente nos periódicos ligados aos grupos políticos. Canedo foi um dos membros da redação do "Diário de Minas", ligado ao PRM, e um dos fundadores de "O Estado de Minas", em 1928, junto a nomes como Pedro Aleixo (1901–1975). Desde quando o jornal foi comprado em 1929 pelos Associados, de Assis Chateaubriand (1892–1968), Canedo passou a ser dirigente do grupo empresarial em Minas, conforme conta o jornalista e escritor André Carvalho (1937-2019) e o historiador Waldemar Barbosa no Dicionário Biográfico da Imprensa Mineira (Carvalho; Barbosa, 1994), em acervo dos autores deste texto.

Quando da publicação da matéria "Atlético Mineiro, o 'vingador'", Canedo era diretor-geral dos Diários Associados no Brasil, que editava "O Cruzeiro" (Souza, 2023). Esse era um dos motivos do destaque dado ao projeto do Estádio Gregoriano Canedo de um Atlético reformulado a partir de 1946, não por acaso, quando Canedo assumiu a presidência do clube, que presidiu, mesmo com várias licenças, até o final de 1949. "Começa em 1946 uma etapa decisiva para a vida do Atlético. A atual diretoria pôs mãos à obra para edificar o novo estádio que terá capacidade para 85.000 pessoas comodamente sentadas [...] Nos dois últimos anos novos feitos assinalaram a trajetória" (Silva, 1948, p. 74).

Se o "galo carijó" era imbatível em seu terreiro, como afirmava o texto, a justificativa para o novo estádio era aumentar o público e a renda dos jogos e desenvolver na "Cidade dos atleticanos" a prática de outros esportes, em um projeto, idealizado pelo mesmos arquitetos do Pacaembu, em São Paulo, que incluía um ginásio coberto para seis mil pessoas, quadras de basquete, vôlei, tênis, piscinas e estandes de tiro. Além de ser o máximo da presença de Canedo no clube, "cuja administração profícua e feliz terá ao que se anuncia, um

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

prêmio de alto merecimento: a nova praça de esportes chamar-se-à ESTÁDIO GREGORIANO CANEDO". (Silva, 1948, p.78, *grifo deles*).

> Uma diretoria de esportistas empreendedores, um conselho que reúne paredros dedicados à grandeza de Minas, milhares e milhares de sócios e adeptos sinceros, centenas de atletas conscientes dos verdadeiros postulados do esporte - eis o que faz o Atlético grande e querido, mantendo sua admirável tradição, para enfrentar com galhardia o destino e esperar com otimismo e orgulho um futuro brilhante e digno da valorosa comunhão brasileira. (Silva, 1948, p. 78)

A construção do Estádio do Atlético, portanto, alinhava-se à vocação modernizadora e nacional do discurso de mineiridade do período. É por meio dessas articulações que configuramos nossa rede textual pela figura de Gregoriano Canedo, ao propor como suas práticas e relações alinham-se ao discurso de mineiridade nos anos de 1940. Além de nacionalização, a mineiridade passa a representar modernidade, progresso, inovação e desenvolvimento. Nessa identidade dada aos sujeitos que compõem a elite mineira, Gregoriano Canedo constrói sua mineiridade a partir de suas relações como dirigente jornalístico, político, esportivo para a idealização do Estádio Gregoriano Canedo: um grande empreendimento do Clube Atlético Mineiro que comunicava os ideais modernizadores do clube, da cidade e do Estado.

Desde o início da década, de acordo com publicações jornalísticas, Canedo era diretamente relacionado como membro da direção do clube. Souza (2023) conta que o membro do conselho do Atlético,

> Dois dias antes de presidir a reunião que decidiu a votação dos novos diretores e presidente do clube, no final de dezembro de 1943, foi homenageado pelo América, juntamente com o seu chefe. Na edição de Natal do jornal O Jornal, do Rio de Janeiro, a informação era que, a partir do dia seguinte, a tribuna de imprensa da Alameda chamar-se-ia Assis Chateaubriand e que o salão nobre do clube ganharia o retrato de Gregoriano Canedo – que começou no jornalismo quando estudante de Direito, no final dos anos 1920, no Diário de Minas, do PRM (Souza, 2023, p. 118).

Em 1946, tornou-se presidente do Atlético e, no dia 15 de novembro do mesmo ano, passou a comandar a direção-geral dos Associados no Brasil. Como conta Souza (2023), em fevereiro de 1948, uma semana após ser reeleito presidente do Atlético, a matéria em "O Cruzeiro" foi publicada. Ele ainda indicou cinco vice-presidentes para compor a sua gestão,

diante das inúmeras licenças até o final de 1949, quando deixou o comando do clube com o Atlético, campeão estadual de futebol. Durante sua gestão montou um dos elencos mais vitoriosos da história do clube, que marcou época pelos títulos e o bom futebol apresentado por jogadores como Kafunga (1914-1911) — que se tornou vereador e famoso cronista esportivo —, Murilo e Ramos, Mexicano (1926-2018) e Zé do Monte (1927-1990), base da equipe que seria consagrada simbolicamente como "Campeões do Gelo", em 1950. Ele também era fundador e diretor de uma importante cooperativa de crédito com amplas relações com o poder público estadual na compra e venda de títulos. Gregoriano foi acusado de desviar quantias quando era deputado e presidente da cooperativa, conforme relata em seu livro Acusações Injuriosas (Canedo, 1956), cujo acesso foi realizado pela Biblioteca Professor Emílio Guimarães Moura, da Faculdade de Ciências Humanas da UFMG.

Com a intenção de desentranhar (Caldeira *et. al*, 2019) ainda mais essas relações que envolvem Canedo por meio da construção da rede textual, outras textualidades presentes são arquivos da revista "Vida Esportiva" (que compõe a Coleção Linhares da UFMG) — publicada com apoio do Atlético que afirmava o estádio a ser construído com a pretensão de ser palco da Copa do Mundo de 1950 e suas relações com a urbanização da região da Pampulha —; e da revista de arquitetura Acrópole (preservada, digitalizada e disponibilizada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), de abril de 1949, que apresenta o projeto do estádio do clube, idealizado pelos arquitetos paulistas Ícaro de Castro Mello (1913–1986) e Oswaldo Corrêa Gonçalves (1917–2005).

Não se tratava apenas de construir um estádio para o clube, Gregoriano Canedo buscava firmar seu lugar de expoente da modernidade na cidade. Com a emergência da Copa do Mundo de 1950 no Brasil, Belo Horizonte articula-se para sediar alguns dos jogos e ser a sede mineira do mundial. O poder público buscava apresentar um estado forte e pronto para a empreitada, de certa forma, suprimindo essa condição de subalternidade frente aos estados hegemônicos do futebol nacional, Rio de Janeiro e São Paulo. Na reportagem de "Vida Esportiva", o futuro estádio é apresentado como mais um ativo para a valorização do bairro, além de contribuir para preservar a grandeza dos feitos alvinegros e para o aumento das glórias do clube, na região que era sinônimo de modernidade na cidade: a Pampulha.

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

> [...] a construção do estádio na região seguia o projeto político de ampliar a ocupação urbana da região, com a definição da construção do campus da universidade na região (que teve sua pedra fundamental lançada em 1946), a abertura de novos empreendimentos imobiliários próximos ao Aeroporto (como no exemplo do bairro Santa Rosa) e o complexo esportivo pleiteado pelo clube de Lourdes, que deixaria, de vez, a região central de Belo Horizonte. Na ilustração da publicidade da Imobiliária Santa Rosa, é perceptível que o complexo ocuparia o lado direito (sentido Aeroporto) ao vale do córrego São Francisco (Assis das Chagas), na região da antiga Pampulha Velha (atual Aeroporto) (Souza, 2023, p. 119).

O projeto oficial é somente de 1949, publicado em abril daquele ano pela Revista Acrópole, cuja redação e administração eram na sede do Banco da Lavoura de Minas Gerais, na cidade de São Paulo. Os arquitetos escolhidos para o projeto foram nomes já consolidados na arquitetura modernista paulista e com experiência em projetos esportivos. O que mostra a pretensão de Canedo de fazer do estádio um monumento nacional, feito São Januário e o Pacaembu, respectivamente na então capital federal, Rio de Janeiro, e na cidade de São Paulo: era a mineiridade em seu caráter nacional.

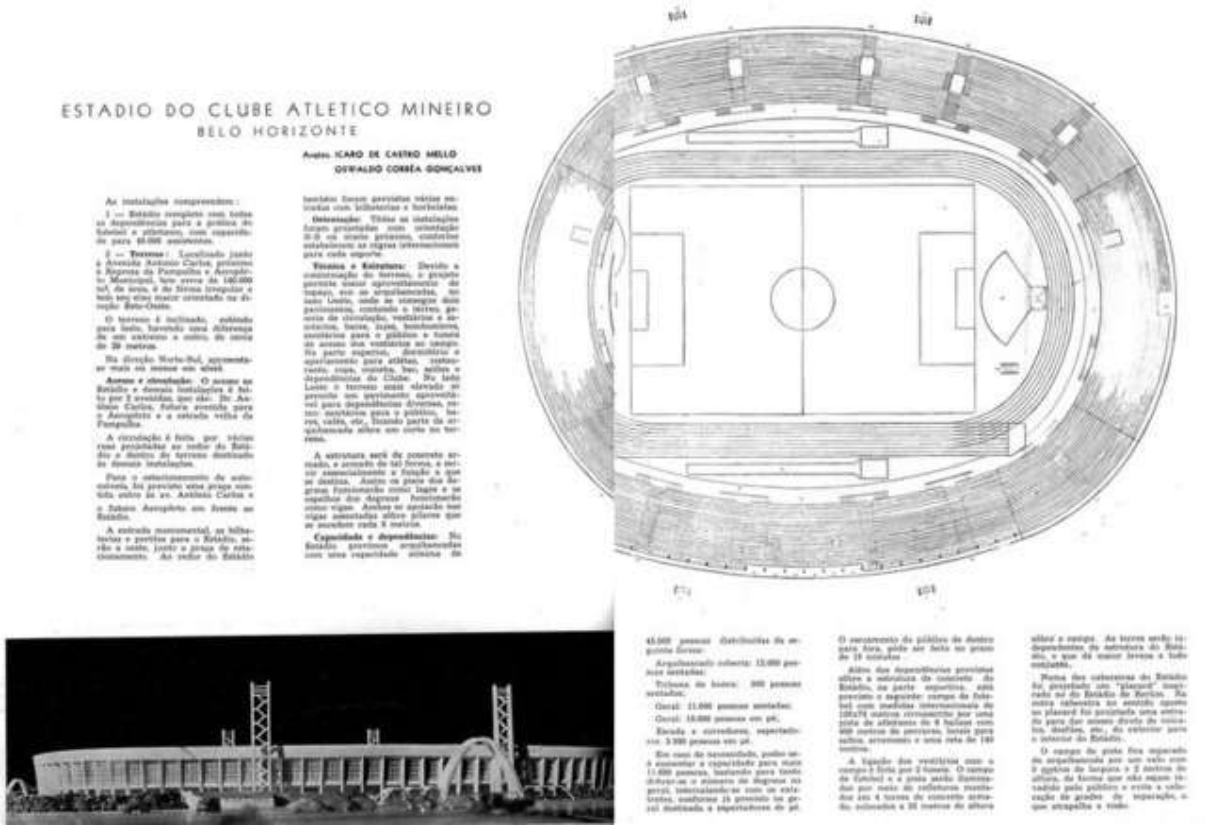
ESTADIO DO CLUBE ATLETICO MINEIRO
BELO HORIZONTE

Figura 3: Projeto do estádio em revista especializada em arquitetura.
Fonte: Páginas 335 e 336 da edição 132, de abril de 1949, de "Acrópole". Acervo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP.

O projeto chegou a ganhar uma medalha de prata no XIV Salão Paulista de Belas Artes, segundo Souza (2023). De acordo com o projeto arquitetônico, o estádio ficaria ao lado do Aeroporto da Pampulha, entre a avenida Antônio Carlos e a antiga Estrada Velha da Pampulha, e teria capacidade total para 45 mil pessoas, o que contrasta com a informação divulgada em "O Cruzeiro" em 1948. Com área de cerca de 140.000 m² e uma pista de atletismo ao redor do campo de futebol — como era comum na época, em uma das cabeceiras do Estádio foi projetado um *placard* inspirado no do Estádio de Berlim. Conforme a matéria de "O Cruzeiro", as ruas em volta do estádio receberiam os nomes dos clubes da cidade: América, Cruzeiro, Sete de Setembro, Minas Tênis e Iate. (Silva, 1948).

A reportagem sobre o novo Estádio deixava claro a relação de benefícios que a construção do novo complexo esportivo traria não somente ao clube e aos torcedores, mas também a Belo Horizonte e ao estado mineiro:

> Beneficiando-se a si, o Atlético beneficia o estado, já que não possuímos um campo de esportes que condiga com a nossa evolução atlética. Vivemos a reclamar contra a precariedade de nossas canchas de há muito e só agora poderemos ter solucionado um dos maiores danos do futebol montanhês" (Revista Vida Esportiva. 1947, p. 15. Suplemento).

É o estádio que seria a solução para o futebol mineiro — colocado sempre em uma condição de crise pelo jornalismo esportivo (Souza, 2023) — mas que, por ser solução, pouco se sabe sobre a sua não realização, seja pelo jornalismo ou por documentos institucionais do clube. Na construção de nossa rede textual, não foram consultados os acervos não digitalizados dos Diários Associados em Belo Horizonte. Porém, intui-se que seriam semelhantes aos relatados pelo "O Cruzeiro". Fato é que percebemos os rastros serem escassos sobre o projeto nos arquivos e documentos do clube: não se sabe se foi o próprio clube que contratou os arquitetos e pagou o projeto ou se partiu de Gregoriano.

Em mais um ponto de nossa rede, a partir de arquivo do acervo dos autores, a historiadora Renata Lemos (2021) aponta registros imobiliários entre a prefeitura de Belo Horizonte e os clubes de futebol de Belo Horizonte também no primeiro mandato do prefeito Otacílio Negrão de Lima (1935–1938), que comandava a cidade naquele final da década de 1940. Em 1936, o Cruzeiro Esporte Clube tornou-se arrendatário por 30 anos, com pagamento anual à prefeitura, do terreno que ocupava no Barro Preto desde 1922. Em 1939, foi feito o

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

acordo com o América Futebol Clube em relação ao terreno do Alameda, sede do clube desde 1927. Sobre o Atlético, Lemos (2021) mostra que o arrendamento do terreno por 30 anos, doado ao clube desde 1926, do estádio Antonio Carlos em 1935, preconizava o pagamento anual e cobrança de juros. Em 1943, na prefeitura sob comando de Juscelino Kubitschek foi feito levantamento da dívida do clube.

> O que aconteceu foi o endividamento do clube com o município, como visto no relatório de levantamento de dívida do Atlético com a Prefeitura em 1943. Isso, pois apenas os dois primeiros anos do acordo de arrendamento foram quitados, os outros ficaram em débito, acumulando multa e juros, e a Prefeitura interveio no recurso repassado da Loteria Mineira ao clube. O registro da Prefeitura mostra que, em 1943, após cobrança do município pelas dívidas, os clubes justificaram o débito com as dificuldades financeiras pelas quais passavam naquele momento. (Lemos, 2021, p. 94-95).

Porém, outras dívidas com a municipalidade e outras soluções foram sendo encontradas pelos clubes e por aqueles que administravam o dinheiro da capital, como o caso relatado em 1948, chamado por Souza (2023) de "O dinheiro do Otacílio". Certo é que não se sabe como o Atlético adquiriu os terrenos do estádio, quais foram as garantias de pagamento. Apesar do pretensioso projeto, o Estádio Gregoriano Canedo nunca saiu do papel, tendo jamais sido concluído. Souza (2023) conta que o clube teve dificuldades para fazer a obra de terraplanagem, a finalização do estádio Independência para os jogos da Copa de 1950 e o término do mandato de Canedo no Atlético, fizeram com que o clube vendesse o terreno para quitar dívidas financeiras.

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

Figura 4: A área marcada em vermelho é a localização provável onde o estádio seria construído.
Fonte: Aerofotografia de Belo Horizonte (modificação dos autores) 1953. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte/SMAPL.

Lemos (2021) ainda apresenta indícios sobre como ocorreu esse processo. Terrenos na Pampulha, chamados de "Quintas Elza", de propriedade do Atlético, foram autorizados pela prefeitura, em 1950, ainda no governo de Otacílio Negrão de Lima, para urbanização. A lei 116 de 1950 isentou o clube dos gastos para lotear o terreno. O artigo quinto da lei relaciona diretamente o terreno "Quintas Elza" ao estádio, ao afirmar que "poderá a Municipalidade, a juízo do Prefeito, adiantar numerário necessário à conservação e remodelação dos estádios ou à satisfação de condenações judiciais, aos clubes beneficiados por Lei" (Belo Horizonte, 1950) e das dívidas do clube com a prefeitura. A prefeitura estava arcando com os custos da urbanização do terreno para que eles depois fossem vendidos e as dívidas do clube com o erário municipal possivelmente sanadas, inclusive, as que diziam respeito ao antigo estádio do clube, o Antônio Carlos — registros do clube indicam que foram vendidos 181 lotes. A autora ainda relata que "em 1951, o clube pediu aprovação da planta de loteamento dos terrenos. Em 1953, o projeto foi aprovado com a condição de passarem-se para domínio da Prefeitura alguns lotes" (Lemos, 2021, p. 96).

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

Em meio aos rastros, para finalizar a rede aqui proposta, desde a virada do século XX para o XXI, o Clube Atlético Mineiro reivindica judicialmente a posse de parte do terreno do antigo estádio, no atual bairro Liberdade: contra uma empresa de peças e veículos automotores, a Cardiesel (que está registrada no cartório de registro de imóveis como a proprietária) e com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), acusada pelo clube de não o ter indenizado quando uma rua passou pelo local (Atlético-MG, 2024). Dito isso, a pretensão de Gregoriano Canedo em construir um estádio para o Atlético permanece em disputa, assim como os sentidos de mineiridade articulados pelo Clube Atlético Mineiro (Almeida de Paula, 2024).

Considerações finais

Na rede textual aqui desenvolvida, a partir do nosso "olhar narrativizante", Gregoriano Canedo percebeu na construção do estádio resultados não somente para o clube do qual era presidente, mas também para suas pretensões políticas e sociais (ele foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano em 1950). Como resultado, é possível indicar que Canedo criou sua própria mineiridade ao projetar sua modernidade, no período de redemocratização, nacionalmente e de conciliar sua mineiridade entre o futebol, o jornalismo, a política e o sistema financeiro. Isso não foi o suficiente para erguer o "Estádio Gregoriano Canedo" na região da Pampulha, que estava em pleno processo de urbanização após a criação de Conjunto Arquitetônico na orla da represa de mesmo nome.

Conforme citado anteriormente, os três eixos de articulações da mineiridade dizem sobre a modernidade, conciliação e nacionalização. Gregoriano Canedo conciliou seus ofícios de presidente do Atlético e jornalista para veicular o projeto do estádio que levaria seu nome; concilia a profissão de jornalista para se firmar no círculo da elite política e social mineira e nacional, sendo 'apadrinhado' por Assis Chateaubriand, jornalista, escritor, professor, empresário, mecena e político brasileiro, um dos homens públicos mais influentes do Brasil entre 1940 e 1960. Chateaubriand era um magnata das comunicações no Brasil, dono dos Diários Associados, o maior conglomerado de mídia da América Latina, do qual Canedo assumiu a direção-geral em 1949.

Patrimônio e Memória
ISSN: 1808–1967
http://pem.assis.unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)
Assis, SP, v. 20, n. 2, julho-dezembro de 2024

O futuro grande estádio do Atlético alinhava-se aos objetivos de Gregoriano Canedo enquanto presidente do clube e político; aos ideais de ocupação urbana e dizia de uma Belo Horizonte que marchava rumo à modernização. Se analisarmos no sentido nacional da mineiridade, assim feito os outros estádios do país (Pacaembu, São Januário e o futuro Maracanã, no Rio), o "Estádio Gregoriano Canedo" comportaria um complexo esportivo com quadras de diversas modalidades, piscina olímpica, ginásio, pistas de atletismo e um campo gramado adjacente ao estádio para os treinamentos, alinhado ao discurso higienista da década anterior de aprimorar os corpos de homens fortes e saudáveis.

Por fim, a mineiridade conciliadora apresenta-se na figura do próprio Gregoriano Canedo, uma vez que o próprio pôde conciliar seus ofícios de jornalista, presidente do Atlético, banqueiro, futuro deputado e para poder caminhar com sua proposta de construção pessoal. Enfim, Canedo articulou um sentido próprio de mineiridade capaz de projetar Belo Horizonte e o futebol da cidade e do Estado, como também projeta o próprio Canedo; que possui uma ideia de progresso localmente com vias de ser eleito pelo voto popular, mas que se precisa se mostrar nacionalmente nas relações que envolvem Chateaubriand e o Banco da Lavoura, por isso a publicação em uma revista nacional como "O Cruzeiro". Também, é um sentido de mineiridade conciliatória entre todas essas atividades praticadas por ele que, de certa forma, não funcionou ou foi o suficiente o bastante para fazer o "Estádio Gregoriano Canedo" deixar de ser projeto para ser concretizado.

A não construção do estádio talvez possa significar a dificuldade em afirmar o que significa "mineiridade", ou seja, a simbologia sobre como Minas e seus componentes devem agir em suas múltiplas realidades. A "mineiridade" de Canedo fracassou? Se é difícil afirmar isso, o que permanece são as disputas temporais — quando o clube ainda busca ganhos financeiros pelo antigo terreno — o que indicia serem as relações constantes entre o clube e a Prefeitura da cidade permanentes para muito além das construções ou idealizações de seus estádios.

Exemplo disso são as relações marcadas no clube por Alexandre Kalil (1959) e Rubens Menin Teixeira de Souza (1956). Filho do ex-presidente do clube entre 1980 e 1985, Elias Kalil (1930–1993), o primeiro foi diretor e presidiu o clube entre 2008 e 2014. Além disso, foi prefeito de Belo Horizonte entre 2017 e 2022, ano em que se candidatou, mas não foi eleito ao

cargo de governador de Minas Gerais. Rubens Menin é um empresário brasileiro, fundador da CNN Brasil e do Banco Inter, co-fundador e presidente do conselho da MRV Engenharia, além de proprietário da Itatiaia, a rádio mais ouvida em Minas e transformada após a compra em uma plataforma multimídia. Ela também é presidente do conselho do Banco Inter, Log, URBA, Resia, Conedi. Menin patrocinou o clube, foi membro do Conselho Deliberativo e principalmente acionista, desde 2023, da Sociedade Anônima de Futebol do clube, por meio da 2R Holding SAF, sociedade de investimentos gerida pela Conedi Participações, dele e de seus três filhos. Então, salienta-se, a necessidade de pesquisas que deem conta de aproximar Gregoriano Canedo e Rubens Menin, inclusive pela relação com a construção de um estádio para o clube (a Arena MRV, inaugurada em 2023), e as projeções de seus nomes ao nível nacional em prol da conciliação entre suas propriedades nos sistemas financeiro e midiático.

Por fim, destaca-se, ainda, que outras redes textuais precisam ser criadas sobre o estádio do Atlético na Pampulha para que ele possa ser memória do clube, da cidade, do futebol e de seus sujeitos, assim como outros estádios do clube que talvez tenham sido planejados, mas que, por entre rastros, ainda são desconhecidos.

Referências bibliográficas

ABRIL, G. *Por uma semiótica contemporânea*: inspirações mistas. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2024, 142 p.

ALMEIDA DE PAULA, L. *"Honramos o nome de Minas"?: sentidos identitários acionados pela comunicação organizacional do Clube Atlético Mineiro entre 2020 e 2023.* Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação), Belo Horizonte, 148f., 2024.

ATLÉTICO-MG cobra indenização milionária da PBH por terreno onde seria estádio na década de 40. *GE* Disponível em: https://ge.globo.com/futebol/times/atletico-mg/noticia/2024/04/26/atletico-mg-cobra-indenizacao-milionaria-da-pbh-por-terreno-onde-seria-estadio-na-decada-de-40.ghtml. Acesso em: 3 set. 2024.

BELO HORIZONTE. *Isenta o Clube Atlético Mineiro dos ônus de urbanização*. Lei nº156 de 17 de julho de 1950. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1950/16/156/lei-ordinaria-n-156-1950-isenta-o-clube-atletico-mineiro-dos-onus-de-urbanizacao. Acesso em: 15 ago. 2023.

CALDEIRA, B. L.; ANTUNES, E.; CIRINO, J. A. F.; GÓES, J. C. G. Como dizer a invisibilidade dos processos jornalísticos: (re)pensando metodologias. In: Bruno Guimarães Martins; Maria Aparecida Moura; Sônia Caldas Pessoa; Graziela Mello Vianna. (Org.).

Experiências metodológicas em textualidades midiáticas. 1ed. Belo Horizonte: Relicário, 2019, v. 1, p. 89-114.

CANEDO, G. *Acusações injuriosas.* Belo Horizonte: Carneiro & Cia, 89p, 1956.

CARVALHO, A.; BARBOSA, W. *Dicionário Biográfico da Imprensa Mineira*. Armazém de idéias, 1994.

CARVALHO, J. M. Ouro, terra, ferro: as vozes de Minas. In: GOMES, Angela de Castro Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CARVALHO, C. A.; LEAL, B. S.; JÁCOME, P. P. Contextualização e complexidades temporais: um exercício a partir da narrativa jornalística. *INTERCOM (SÃO PAULO. ONLINE)*, v. 44, p. 51-67, 2021.

DIAS, F. C. Mineiridade: Construção e Significado Atual. In: *Ciência e Trópico. Vol. 13*, no 1. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, janeiro/junho de 1985.

DULCI, O. S. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais hoje*, ANPOCS, São Paulo, Cortez, p.7-31, 1984.

DULCI, O. S. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro - 11. ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte. Universidade de Minas Gerais, p. 43 -91, 1956.

LEAL, B. S. *Introdução às narrativas jornalísticas.* 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2022. v. 1. 143p.

LEAL, B. S. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: Bruno Souza Leal; Carlos Alberto de Carvalho; Geane Alzamora. (Org.). *Textualidades Midiáticas*. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, v. 1, p. 17-34, 2018.

LEMOS, R. A. P. *O Estado patrimonialista e o futebol belo-horizontino: o incentivo do poder público para os clubes de futebol de Belo Horizonte entre 1904 e 1950.* Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação), São João del-Rei, 2021.

RAMALHO, W. S. C. *A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil.* Orientador: Dr. José Carlos Reis. 2015. 170 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

REIS, J. C.. *As identidades do Brasil: de Carvalho a Ribeiro: história plural do Brasil*. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

RIBEIRO, A.P.G; MARTINS, B. G.; ANTUNES, E.. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. *REVISTA FAMECOS (PUC-RS)*, v. 24, p. 27047, 2017.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa - Tomo III*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

SILVA, A. Atlético Mineiro, o vingador. *Revista O Cruzeiro*, 14 de fevereiro de 1948. Rio de Janeiro, 1948.

SOUZA I. T. *"O dinheiro do Otacílio": futebol, política e jornalismo em Belo Horizonte.* 1. ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM UFMG, 2023. 152p.

Ives Teixeira Souza é doutorando, mestre e bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e em Relações Públicas, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/ Brasil).
Luísa Almeida de Paula é doutoranda em Comunicação e Informação na Kent State University, em cotutela com a UFMG. Mestre em Comunicação Social pela UFMG. Historiadora pela Universidade Federal do Espírito Santo. Desde 2022, é pesquisadora do Coletivo Marta/UFMG, onde estuda futebol pelas interfaces com comunicação organizacional, história e estudos culturais.

Texto recebido em: 12/11/2024
Texto aprovado em: 21/12/2024